



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2025**

Chamada Pública n.º **02/2025** para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 8º da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, no inciso V do art. 3º do Decreto Nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, e na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) Nº 8, de 30 de julho de 2024.

O **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN**, pessoa jurídica de direito público ou privado, com sede a **Rua Doutor Nilo Bezerra Ramalho, nº 1692, Tirol, Natal/RN**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.877.412/0001-68**, representado neste ato pelo Reitor, **Jose Arnobio de Araujo Filho**, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 8º, da Lei 14.628/2023, e na Resolução GGPAA Nº 8 /2024, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2023, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, com dispensa de licitação, durante o período de 2025. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda **conforme data, horário e local definidos no item 2.2.**

**1. OBJETO**

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, **conforme especificações dos Anexos I e II deste Edital.**

**2. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DE VENDA**

2.1 O Edital de Chamada Pública permanecerá aberto para recebimento das Propostas de Vendas e documentação por um período mínimo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão analisados em Sessão Pública, registrada em Ata.

**2.2 RECEBIMENTO DOS PROJETOS DE VENDA E DOCUMENTOS**

**Data de início: 25 de junho de 2025**

**Data final: 25 de julho de 2025**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**Local de entrega: campi do IFRN, conforme detalhado a seguir:**

- **Campus Apodi:** RN 233, Km-02, 999, Bairro Chapada do Apodi, Apodi/RN, CEP: 59700-000.
- **Campus Caicó:** RN 288, s/n, Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59300-000.
- **Campus Canguaretama:** BR-101, Km 160, S/N, Areia Branca, Canguaretama/RN, CEP: 59190-000.
- **Campus Ceará-Mirim:** BR-406, Km 145, Bairro Planalto, Ceará-Mirim/RN, CEP: 59570-000.
- **Campus Currais Novos:** Rua Manoel Lopes Filho, nº 773, Valfredo Galvão, Currais Novos/RN, CEP: 59380-000.
- **Campus Ipanguaçu:** RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu/RN, CEP: 59508-000.
- **Campus João Câmara:** BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, João Câmara/RN, CEP: 59550-000.
- **Campus Lajes:** Rodovia BR 304, Km 120 Centro, Lajes/RN, CEP: 59535-000.
- **Campus Macau:** Rua das Margaridas, 300, Conjunto COHAB, Macau/RN, CEP: 59.500-000.
- **Campus Mossoró:** Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff, Mossoró/RN, CEP: 59.628-330.
- **Campus Natal Central:** Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-000.
- **Campus Natal Cidade Alta:** Avenida Rio Branco, 743, Cidade Alta, Natal/RN, CEP: 59025-003.
- **Campus Natal Zona Norte:** Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi, Natal/RN, CEP: 59112-490.
- **Campus Nova Cruz:** Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640, RN 120, Alto de Santa Luzia, Nova Cruz/RN, CEP: 59215-000.
- **Campus Parnamirim:** Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Bairro Nova Esperança, Parnamirim/RN, CEP: 59143-455.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

- Campus Pau dos Ferros: BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000.
- Campus Parelhas: Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis, Parelhas/RN, CEP: 59.360-000.
- Campus Santa Cruz: Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso, Santa Cruz-RN, CEP: 59200-000.
- Campus São Gonçalo do Amarante: Rua Prof. Carlos Guedes Alcoforado, S.N., Centro, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP: 59291-727.
- Campus São Paulo do Potengi: RN-120, Km 2, Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN, CEP 59460-000.

## 2.3 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

2.3.1 Os interessados em participar da presente Chamada Pública deverão entregar os envelopes, contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 01 - só um **por região**) e a(s) PROPOSTAS DE VENDA (ENVELOPE 02 - quantos forem necessário, individual por campus do IFRN em envelopes separados), bem como fazer constar, na parte externa e frontal de cada um dos envelopes, o nome ou denominação do Fornecedor, endereço, telefones e e-mail, e o campus, conforme anexo VII.

2.3.2 O Recibo de Documentos (anexo VI) deverá ser preenchido em 02 (duas) vias e entregue junto aos Envelopes no campus do IFRN.

## 2.4 SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROJETOS DE VENDA

2.4.1 Nas datas, horários e locais estabelecidos no Anexo IX deste Edital, realizar-se-á a sessão pública para análise dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Venda, devendo o interessado ou seu representante identificar-se quando presente, exigindo-se, para tanto, a comprovação dos poderes para a prática de todos os atos relativos ao certame.

2.4.2 O proponente ou o seu representante, deverá, preferencialmente, na mesma ocasião da entrega de seu envelope, apresentar-se à Comissão para efetuar seu credenciamento como participante deste procedimento (Anexo VIII) munido da sua



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

**carteira de identidade e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a esta Chamada Pública.**

**2.4.3 O credenciamento poderá ser efetuado durante a Sessão Pública, antes de quaisquer manifestações em nome do proponente a ser representado.**

**2.4.4 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do proponente no presente procedimento, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a Sessão, em nome do proponente.**

**2.4.5 Considera-se como representante do proponente qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto, do Instrumento Público de Procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.**

**2.4.6 Cada credenciado poderá representar apenas um proponente. Aquele que já tiver, na Sessão Pública, manifestado em nome de um proponente, não poderá mais optar por representar outro, nesta mesma Sessão.**

**2.4.7 Os documentos exigidos nesta Chamada Pública poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, ou publicação em órgão da imprensa oficial.**

**2.4.8 Não terá por comprovada a autenticidade de documentos por meio de cópias que não sejam dos originais (cópia de cópia).**

**2.4.9 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.**

**2.4.10 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.**

**2.4.11 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização de qualquer das sessões desta Chamada Pública no horário e data marcada, a Comissão fará nova convocação.**

**2.4.12 Será lavrada Ata de cada sessão pública a ser assinada pela Comissão, pelos representantes credenciados e proponentes presentes, relatando todos os atos e fatos ocorridos, a qual será divulgada no site do IFRN.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

### 3. FONTE DE RECURSOS

3.1 Recursos provenientes **do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2025, Programa de Governo 5012; Ação Orçamentaria 2994; Natureza de Despesa 339032; PTRES 171169; FONTE 0100000000; PI L2994P23ACN**

3.2 O valor total estimado desta Chamada Pública corresponde a 61% (sessenta e um por cento) dos recursos totais que são da ordem de R\$1.101.203,23(Um milhão, cento e um mil, duzentos e três reais e vinte e três centavos). Os recursos por *Campus* estão detalhados a seguir:

<b>Campus</b>	<b>Recurso financeiro destinado no planejamento para aquisição de alimentos(R\$)</b>	<b>Recurso financeiro utilizado na Chamada Pública (R\$)</b>	<b>Percentual utilizado por Campus (%)</b>
<b>Apodi</b>	82.000,00	28.916,80	35,26
<b>Caicó</b>	53.420,98	45.017,50	84,27
<b>Canguaretama</b>	52.520,00	18.460,00	35,15
<b>Ceará-Mirim</b>	35.000,00	21.063,00	60,18
<b>Currais Novos</b>	13.340,93	11.336,50	84,98
<b>Ipanguaçu</b>	50.000,00	17.498,05	35,00
<b>João Câmara</b>	50.000,00	17.494,00	34,99
<b>Lajes</b>	14.992,27	14.893,80	99,34
<b>Macau</b>	17.400,00	13.479,70	77,47
<b>Mossoró</b>	80.000,00	79.990,94	99,99
<b>Natal - Central</b>	158.100,00	131.555,00	83,21
<b>Natal - Centro Histórico</b>	20.000,00	19.999,10	100,00
<b>Natal - Zona Norte</b>	46.708,00	14.001,80	29,98
<b>Nova Cruz</b>	89.142,86	31.200,00	35,00
<b>Parelhas</b>	45.000,00	14.338,00	31,86
<b>Parnamirim</b>	45.000,00	28.122,00	62,49
<b>Pau dos Ferros</b>	91.000,00	89.136,00	97,95
<b>Santa Cruz</b>	37.578,19	32.052,00	85,29



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

<b>São Gonçalo do Amarante</b>	45.000,00	13.537,20	30,08
<b>São Paulo do Potengi</b>	75.000,00	26.676,00	35,57
<b>Valor total da Chamada Pública</b>	<b>668.767,39</b>		

#### 4. PREÇOS

4.1 A definição dos preços observou o art. 8º da Resolução GGPAA Nº 8, de 2024, sendo realizada utilizando o preço médio pesquisado em, no mínimo, três mercados em âmbito local ou regional, incluídos todos os custos operacionais, taxas e tributos para entrega. A pesquisa foi feita pela Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar (CECAF), instituída pela Portaria nº 525/2025 – RE/IFRN.

4.2 O valor máximo global estimado para esta Chamada Pública é de **R\$ 668.767,39 (Seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos)**

#### 5. HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA

5.1 Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar no **Envelope nº 01** os documentos abaixo relacionados, devendo a proposta de venda está em **Envelope nº 02**, sob pena de inabilitação.

##### I - Os Beneficiários Fornecedores:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Extrato da DAP Física ou CAF do agricultor familiar participante, ativa, emitida nos últimos 60 dias;
- c) Proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural com assinatura do agricultor participante (Anexo III);
- d) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda (Anexo VI); e
- d) Atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas (**alvará, selos, certificações etc.**), quando for o caso.

##### II - As Organizações Fornecedoras:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Extrato da DAP Jurídica ou CAF para associações e cooperativas, ativa, emitida nos últimos 60 dias;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) Proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar assinada pelo seu representante legal (Anexo III);
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados (Anexo VI);
- f) Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados (Anexo VII); e
- g) Atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas **(alvará, selos, certificações etc.)**, quando for o caso.

**III - Demais grupos fornecedores**

- a) Número do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Extrato da DAP Física **ou CAF** do agricultor familiar participante, ativa, emitida nos últimos 60 dias;
- c) Proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar com assinatura de todos os agricultores participantes (Anexo III);
- d) Atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas **(alvará, selos, certificações etc.)**, quando for o caso; e
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria dos agricultores participantes da proposta (Anexo VI).

**5.1.1 Os beneficiários fornecedores deverão ainda, obrigatoriamente, entregar uma cópia digital de todos os documentos do Envelope nº 01(habilitação) e do Envelope nº 02 (Projeto de venda) em um pen drive, que deverá estar dentro do Envelope nº01 (habilitação).**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**5.1.2 No dispositivo pen drive entregue por cada participante DEVERÁ conter SOMENTE os documentos de habilitação e projeto de venda digitalizados;**

**5.1.3 Os dispositivos pen drive serão devolvidos somente aos representantes dos beneficiários fornecedores no dia da sessão de abertura dos envelopes, após a cópia de todos os documentos.**

5.1.4 Ainda, todos os interessados deverão incluir também na habilitação quando se propuserem a fornecer:

5.1.4.1 Para produtos com registro obrigatório (processados e de origem animal), o produtor rural, associação ou cooperativa deverá apresentar as devidas certificações e registros, na conformidade com a legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

5.1.4.2 Para produtos de origem animal, tais como bebidas lácteas, leite pasteurizado, queijos, manteiga de garrafa, deverá ser apresentado, obrigatoriamente, o Certificado de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura (SIF) ou Declaração expedida pela Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte, comprovando o registro naquela Secretaria, no Serviço de Inspeção de Origem Animal – SEIPOA/RN, ou ainda a Certificação de Inspeção Municipal - SIM, com o atesto que a empresa está registrada e evidenciando o número do registro.

5.1.4.3 Para produto qualificado como Sustentável ou Orgânico, a documentação comprobatória da respectiva certificação de produção orgânica ou selo de sustentabilidade.

5.1.4.4 As polpas de frutas deverão ter a Declaração de Registro do estabelecimento e do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

5.1.4.5 Para os biscoitos, bolos, pães e os produtos de origem vegetal que passaram por algum tipo de processamento (feijão macassar, feijão verde, macaxeira descascada e congelada, etc) deverá ser apresentado Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento do estabelecimento.

5.1.2 Das parcerias:

5.1.2.1 Os agricultores, grupos informais e grupos formais deverão manter em seus arquivos os controles e documentações com datas de cada aquisição, quantitativos de





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

frutas fornecidas por cada agricultor/a familiar destinados a agroindustrialização. Este controle deve ser realizado por agricultor/a e deve constar o número da DAP física.

5.1.2.2 Esta documentação deve ser guardada pelo agricultor, grupo informal, cooperativa/associação e pode ser solicitada tanto pelo IFRN e/ou pelos órgãos de controle e fiscalização. Tal documentação deve ficar disponível pelo prazo de até dois anos após o fim do contrato.

5.1.2.3 Poderão ser realizadas visitas de verificação da conformidade das informações declaradas ou a partir de possíveis dificuldades e/ou irregularidades que os fornecedores da agricultura familiar possam ter com seu fornecimento.

**5.1.3 Na ausência ou desconformidade de quaisquer dos documentos de habilitação, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas** para a regularização da documentação, conforme análise da comissão, observado o tratamento isonômico a todos os proponentes, com base na Lei nº 14.133/2021. Podendo este prazo ser prorrogado à critério da CECAF, caso seja necessário

5.1.4 Não será considerado inabilitada a organização fornecedora que deixar de apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, desde que a Comissão logre êxito em comprovar tais regularidades por meio de consulta online na Internet, procedimento a ser realizado, se necessário, logo após o início da sessão.

5.1.5 Cada documento deverá ser apresentado em uma via, podendo ser o original, cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação do original.

5.1.6 Toda a documentação deverá estar vigente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

5.1.7 A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome beneficiário e da organização fornecedora (conforme o caso), o qual será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ ou CPF e endereço.

5.1.8 Se necessário sanar dúvidas, a Comissão Especial de Compra da Agricultura Familiar (CECAF) solicitará posterior envio de documento(s) original ou cópia autenticada via correio para avaliação.

5.1.9 A Proposta de Venda (Envelope nº 02), conforme Anexo III, deve estar sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a lista dos produtos, as quantidades, o valor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

unitário, que devem ser os mesmos descritos no presente Edital, bem como os valores totais por produto e da proposta.

## **5.2 Documentação complementar**

**5.2 Prova de atendimento de requisitos, quando for o caso; referentes à priorização do público/alvo, conforme o item 6.2 deste Edital. (ANEXO XIII)**

## **6. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1. Para a seleção, as propostas de venda habilitadas devem ser divididas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- I - projetos de fornecedores do próprio município,
- II - projetos das regiões geográficas imediatas,
- III - projetos das regiões geográficas intermediárias e
- IV - projetos de outras UFs.

6.1.1. Entende-se por local, no caso de DAP física ou CAF, o município indicado na DAP ou CAF.

6.1.2. Entende-se por local, no caso de DAP jurídica ou CAF, o município onde estiver registrado o CNPJ da organização produtiva.

6.1.1 Para organizações fornecedoras da agricultura familiar, o município considerado será aquele em que houver a maior quantidade, em números absolutos, de CAFs válidas integrantes da CAF jurídica.

6.2. Após o enquadramento citado no item 6.1 as propostas dos beneficiários fornecedores serão classificadas segundo critérios de priorização conforme descrição abaixo:

- I. Mulheres;
- II. Inscritos no CadÚnico;
- III. Povos indígenas;
- IV. Povos e comunidades tradicionais;
- V. Assentados da reforma agrária;
- VI. Negros;
- VII. Jovens entre 18 e 29 anos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

VIII. Fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos e

X – Pescadores;

a) **Para o cálculo de prioridade**, deverá ser considerado o número ou porcentagem de beneficiários fornecedores elencados em cada um dos grupos, **o qual será informado pela organização fornecedora, conforme o modelo do Anexo XIII.**

b) Devem ser priorizadas organizações cujos beneficiários fornecedores enquadrem-se em mais de um grupo, conforme número ou porcentagem informada pela organização fornecedora.

c) No caso de empate entre organizações fornecedoras, têm prioridade as organizações produtivas com maior porcentagem de associados e cooperados que se enquadrem nestes grupos.

d) No caso de empate entre as demais organizações fornecedoras, têm prioridade as organizações produtivas com maior percentual de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados e cooperados, conforme CAF jurídica.

e) No caso de persistência do empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poder-se-á optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

f) Para seleção e priorização das propostas serão observados os critérios previstos nos artigos 13, 14 e 15 da Resolução (GGPAA) Nº 8, de 30 de julho de 2024.

## **7. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS**

7.1 As amostras dos itens bebida láctea (1L), bolacha de leite (300g), bolo de macaxeira (1kg), bolo de milho (1kg), bolo de ovos (1kg), leite integral pasteurizado (1L), macaxeira congelada e descascada (1kg), manteiga de garrafa (500mL), mel de abelha(500g), pão de leite (1 Kg), polpa de abacaxi (1kg), polpa de acerola (1kg), polpa de cajá (1kg), polpa de cajarana(1Kg), polpa de caju (1kg), polpa de goiaba (1kg), polpa de manga, polpa de uva(1Kg), queijo coalho (500g) e queijo de manteiga(500g), **deverão ser entregues à Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar (CECAF) durante a sessão pública para análise da documentação e do projeto de venda, nas datas, horários e locais apresentados no Anexo IX.** Apenas os licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar terão seus itens avaliados.

7.2. **As amostras deverão ser identificadas com o número do edital, o nome do fornecedor e/ou grupo formal, e a especificação do produto.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**7.3 A não apresentação da amostra ou a apresentação de amostra em desacordo com as exigências deste edital** implicará na automática desclassificação do item e/ou da proposta.

7.4. As amostras serão analisadas observando-se, além das especificações descritas para cada gênero alimentício conforme constante no item 4.6 do ETP, os seguintes critérios de avaliação: validade, peso, embalagem, composição (ingredientes), características organolépticas (cor, odor, sabor, textura, aspecto) e informação nutricional.

7.5. A análise ficará a cargo dos profissionais nutricionistas do IFRN, os quais emitirão seu parecer, aprovando ou desaprovando o produto.

7.6 As amostras dos gêneros alimentícios enviadas para avaliação não serão devolvidas aos respectivos grupos. O IFRN reserva-se o direito de doar ou descartar devidamente as referidas amostras.

7.7. As amostras poderão ser dispensadas, à critério da Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar (CECAF), quando não houver divergências entre a descrição dos itens deste edital e a descrição nas propostas.

## **8. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

8.1 Os alimentos adquiridos deverão ser entregues em cada campus do IFRN, conforme quadro abaixo, de acordo com o horário de funcionamento de cada campus.

<b>CAMPUS</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>PERIODICIDADE DE ENTREGA</b>	<b>QUANTIDADE, DIA E HORÁRIO DA ENTREGA</b>
<b>IFRN – Campus Apodi</b>	RN 233, Km-02, 999, Bairro Chapada do Apodi, Apodi/RN, CEP: 59700-000.  E-mail: coaes.ap@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Caicó</b>	RN 288, s/n, Nova Caicó, Caicó/RN, CEP: 59300-000.	Semanal	Conforme solicitação do Campus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

	E-mail: coaes.ca@ifrn.edu.br		
<b>IFRN – Campus Canguaretama</b>	BR-101, Km 160, S/N, Areia Branca, Canguaretama/RN, CEP: 59190-000.  E-mail: coaes.cang@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Ceará Mirim</b>	BR-406, Km 145, Bairro Planalto, Ceará- Mirim/RN, CEP: 59570- 000.  E-mail: diogo.vale@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Currais Novos</b>	Rua Manoel Lopes Filho, nº 773, Valfredo Galvão, Currais Novos/RN, CEP: 59380-000.  E-mail: coaes.cn@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Ipanguaçu</b>	RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu/RN, CEP: 59508-000.  E-mail: coaes.ip@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus João Câmara</b>	BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural, João Câmara/RN, CEP: 59550-000.  E-mail: coaes.jc@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Lajes</b>	Rodovia BR 304, Km 120 Centro, Lajes/RN, CEP: 59535-000.	Semanal	Conforme solicitação do Campus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

	E-mail: coaes.laj@ifrn.edu.br		
<b>IFRN – Campus Macau</b>	Rua das Margaridas, 300, Conjunto COHAB, Macau/RN, CEP: 59.500-000.  E-mail: coaes.mc@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Mossoró</b>	Rua Raimundo Firmino de Oliveira, 400 - Conj. Ulrick Graff, Mossoró/RN, CEP: 59.628-330.  E-mail: coaes.mo@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Natal Central</b>	Avenida Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-000.  E-mail: vanessa.medeiros@ifrn.e du.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Natal – Cidade Alta</b>	Avenida Rio Branco, 743, Cidade Alta, Natal/RN, CEP: 59025- 003.  E-mail: coaes.cal@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Natal – Zona Norte</b>	Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi, Natal/RN, CEP: 59112-490.  E-mail: coaes.zn@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Nova Cruz</b>	Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640, RN 120, Alto de Santa Luzia,	Semanal	Conforme solicitação do Campus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

	Nova Cruz/RN, CEP: 59215-000.  E-mail: coaes.nc@ifrn.edu.br		
<b>IFRN – Campus Pau dos Ferro</b>	BR 405, KM 154, S/N, Bairro Chico Cajá, Pau dos Ferros/RN, CEP 59900-000.  E-mail: coaes.pf@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Parnami rim</b>	Rua Antônia de Lima Paiva, 155, Bairro Nova Esperança, Parnamirim/RN, CEP: 59143-455.  E-mail: coaes.par@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Parelhas</b>	Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, José Clóvis, Parelhas/RN, CEP: 59.360-000.  E-mail: karina.cavalcante@ifrn.e du.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus Santa Cruz</b>	Rua São Braz, 304, Bairro Paraíso, Santa Cruz-RN, CEP: 59200- 000.  E- mail: coaes.sc@ifrn.edu. br	Semanal	Conforme solicitação do Campus
<b>IFRN – Campus São Gonçalo do Amarante</b>	Rua Prof. Carlos Guedes Alcoforado, S.N., Centro, São Gonçalo do Amarante/RN, CEP: 59291-727.	Semanal	Conforme solicitação do Campus



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

	E-mail: coaes.sga@ifrn.edu.br		
<b>IFRN – Campus São Paulo do Potengi</b>	RN-120, Km 2, Novo Juremal, São Paulo do Potengi/RN, CEP 59460- 000  E-mail: coaes.spp@ifrn.edu.br	Semanal	Conforme solicitação do Campus

8.2 É obrigação do fornecedor verificar junto ao campus o horário de funcionamento, não podendo realizar as entregas no horário de distribuição da alimentação escolar (intervalo de aulas).

8.3 O fornecimento dos gêneros alimentícios deve ocorrer, no máximo, a cada quinze dias, conforme planejamento de cada campus do IFRN, desde que seja respeitado o prazo de 72 (setenta e duas) horas para entrega dos produtos a partir da solicitação.

8.4 O recebimento dos produtos será submetido à constatação de qualidade, que será realizado pelo manipulador de alimento do campus devidamente treinado, e após atestado pelo fornecedor e pelo Diretor do campus ou responsável, através do Termo de Recebimento (Anexo XI), em conjunto com o referido documento fiscal.

8.5 O fornecedor deve ficar atento ao calendário escolar e férias municipais e/ou pontos facultativos. Caso a entrega coincida com um desses casos, os gêneros deverão ser entregues no dia primeiro dia útil seguinte.

8.6 A convocação do fornecedor por cada campus do IFRN poderá ser por telefone, e-mail ou pelos correios. Na ocasião será informado o endereço de entrega, o setor e servidor responsável pelo recebimento.

8.7 A primeira entrega somente ocorrerá após assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho.

8.8 Os produtos deverão ser entregues exclusivamente às expensas do contratado, as quais inclui despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento do produto.

8.9 Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens novas e adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização.

8.10 Os alimentos deverão ser transportados de modo a garantir a manutenção de sua temperatura de armazenamento, em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade. Os alimentos frios deverão ser transportados em caixas isotérmicas ou equipamento similar.

8.11 O profissional responsável pela entrega dos alimentos deverá estar vestido adequadamente para manuseio de alimentos, portando calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.12 A pontualidade na entrega das mercadorias para os campi está vinculada ao cumprimento do cardápio nutricional. A não pontualidade na entrega das mercadorias





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

## **9. DA CONTRATAÇÃO**

**9.1 Após a adjudicação e homologação da chamada pública, o vencedor será convocado para a assinatura do contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra Institucional.**

**9.2 O contrato advindo desta Chamada Publica será celebrado como Contratante os campi do IFRN, parte deste processo, junto aos fornecedores vencedores.**

**9.3 O prazo de vigência do contrato será de doze meses, a partir da data da assinatura ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que ocorrer primeiro.**

**9.4 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.**

**9.5 O fornecedor vencedor deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.**

**9.6 O fornecedor vencedor deverá entregar os gêneros alimentícios conforme especificação técnica constante no Anexo I deste Edital.**

**9.7 As notas fiscais (documentos fiscais) deverão discriminar os gêneros, conforme Anexo I deste Edital.**

**9.8 Vencida e não cumprida a obrigação, será enviado ao (à) Contratado (a) comunicado por escrito, concedendo um prazo de 05 (cinco) dias para regularização do fornecimento ou apresentação de defesa prévia. Após este prazo, o (a) Contratado (a) estará sujeita às sanções estabelecidas em contrato.**

## **10. PAGAMENTO**

**10.1 O pagamento será realizado em até 30 dias após a última entrega do mês, por meio de ordem bancária, mediante apresentação de documento fiscal**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

**correspondente ao fornecimento efetuado, devidamente atestada pelo setor competente da unidade requisitante, e mediante a apresentação das certidões que e se fizerem necessárias. É vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.**

**10.2 Havendo erro na emissão do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até a regularização pela contratada. Nesta hipótese o prazo para pagamento somente terá início após sanar a irregularidade, não acarretando qualquer ônus para a contratante.**

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**11.1 As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Projeto Básico anexo a este edital.**

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1 Os Fornecedores que não cumprirem as normas da Chamada Pública e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitos às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na sua atual redação, no Edital e no contrato, quais sejam:**

**I – Advertência;**

**II – Multa de:**

**a) 0,3% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%;**

**b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da Contratada, calculado sobre a parte inadimplente;**

**III – Suspensão**

**A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 02(dois) anos quando, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:**

**a) não celebrar o Contrato;**

**b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;**

**c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;**

**d) não manter a proposta;**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

**e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;**

**f) comportar-se de modo inidôneo; e,**

**g) cometer fraude fiscal.**

**IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.**

**11.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do Fornecedor ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas do Fornecedor ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na sua atual redação.**

**11.3 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do(a) Fornecedor/Contratada.**

**11.4 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.**

**11.5 É assegurada ampla defesa e o contraditório no procedimento da aplicação de penalidade, no prazo de 05(cinco) dias, contados da intimação do ato.**

## **12. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1 Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 72h (setenta e duas horas) da data fixada para a realização da sessão pública de análise dos Projetos de Vendas, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital.**

**12.1.1 Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo à Comissão Permanente de Licitação do IFRN, pelo endereço eletrônico [dilic@ifrn.edu.br](mailto:dilic@ifrn.edu.br), observando o prazo legal.**

**12.1.2 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital da Chamada Pública perante a Administração, o participante que não o fizer até o segundo dia útil que antecede a abertura do certame.**

**12.2 O Participante da Sessão Pública de análise dos Projetos de Vendas deverá, durante a sua realização, manifestar o interesse de recorrer dos atos nela praticados, sob pena de não conhecimento do respectivo recurso.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**12.2.1 O prazo para a apresentação das razões do recurso será de 03 (três) dias úteis, após a manifestação de interesse, após o qual será aberto igual prazo para contrarrazões.**

**12.2.2 Encerrado o prazo das contrarrazões, a autoridade competente decidirá em até 02 (dois) dias úteis.**

**12.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Fornecedor.**

**12.4 Os recursos contra decisões da Comissão não terão efeito suspensivo.**

**12.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.**

### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida através do sítio eletrônico <https://portal.ifrn.edu.br/aceso-a-informacao/licitacoes/editais-2025/chamadas-publicas/> e do sítio eletrônico oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

13.2 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

13.3 Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedoras, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados produção própria destes fornecedores.

13.4 Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congênere.

13.5 Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedoras correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

13.6 O limite individual de venda do agricultor familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por DAP ou CAF, por ano civil, por órgão comprador.

13.7 O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP ou CAF Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador ou 3.000.000,00 (três milhões de reais) para projetos apresentados por outros grupos fornecedores sem CNPJ.

**12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

**I – Termo de referência;**

**II - Quantitativos totais e preços dos produtos por campus;**

**III - Modelo do Projeto de Venda de gêneros da agricultura familiar;**

**IV - Modelo de Declaração de Produção Própria;**

**V – Modelo de Declaração de Controle do Limite Individual de Venda;**

**VI – Recibo de documentos;**

**VII - Modelo de identificação dos envelopes**

**VIII - Modelo de credenciamento do representante legal;**

**IX – Data, horário e local das sessões públicas para análise da documentação;**

**X – Modelo do Contrato;**

**XI – Modelo de Termo de Recebimento.**

**XII - Modelo de autodeclaração étnico racial.**

**XII - Planilha para preenchimento de critérios de priorização dos beneficiários fornecedores (agricultores familiares)**

**Natal/RN, 25 de junho de 2025.**

Erivaldo Bezerra de Lima  
Presidente da Comissão de Contratação